

ORÇAMENTO DO ESTADO 2024

CULTURA

Programa orçamental da Cultura

Desde 2015, o valor do programa orçamental da Cultura (excluindo RTP) cresceu 174,6%. De modo a garantir a continuidade desta trajetória, o Governo inscreveu no seu Programa o objetivo de atribuir à Cultura, até ao final da legislatura, uma dotação equivalente a 2,5% da despesa discricionária do Estado¹. No Orçamento do Estado para 2024, a despesa com Cultura corresponde já a 2,1% da despesa discricionária do Estado, face a 2% do ano anterior.

O orçamento do Programa Orçamental da Cultura apresenta uma dotação de despesa total consolidada de 781,7 milhões de euros, subdividida em duas áreas de atividade: Cultura e Comunicação Social.

Tabela 1 - Despesa Total Consolidada - por âmbito de atividade

| | 2022 | 2023 | 2024 | Milhões € | |
|--------------------|------------|------------|------------|----------------|------------|
| | | | | Variação 24/23 | |
| Cultura | 361 | 500 | 514 | 14 M€ | 3 % |
| Comunicação Social | 258 | 260 | 268 | 8 M€ | 3 % |
| Total | 619 | 760 | 782 | 22 M€ | 3 % |

Tabela 2 - Receita de impostos - por âmbito de atividade

| | 2022 | 2023 | 2024 | Milhões € | |
|-----------------------|------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | | | | Variação 24/23 | |
| Cultura | 198 | 217 | 239 | 22 M€ | 10 % |
| Comunicação Social | 196 | 196 | 196 | 0 M€ | 0 % |
| Total Programa | 393 | 413 | 435 | 22 M€ | 5,3 % |

Na vertente da Comunicação Social, enquadra-se o orçamento da Rádio Televisão Portuguesa (RTP) e a dotação referente a incentivos à Comunicação Social regional e local.

Embora não integre o Programa Orçamental da Cultura, deve ainda ser considerada no âmbito desta área governativa a atividade da Lusa - Agência Portuguesa de Notícias, cujo serviço público é compensado por verbas com origem no Programa Orçamental das Finanças. Em 2024, a compensação financeira relativa à Lusa assume um valor de 18,05 milhões de euros, que compara com um valor de 16,68 milhões de euros no orçamento do Estado de 2023, verificando-se uma variação de 8,2%.

¹ Toma-se como referência a despesa discricionária do Estado, uma vez que este indicador permite descontar o impacto de variáveis que não dependem unicamente de decisão política, tais como encargos com juros da dívida pública, prestações sociais e outras.

No que respeita ao esforço financeiro direto do Orçamento do Estado, cerca de 55,6% da receita total consolidada do programa orçamental corresponde a receitas de impostos, verificando-se um acréscimo de cerca de 10% no orçamento afeto à área da Cultura.

Desde 2015, o orçamento de receita de impostos afeto à Cultura aumentou 148%, crescendo sucessivamente em todos os anos.

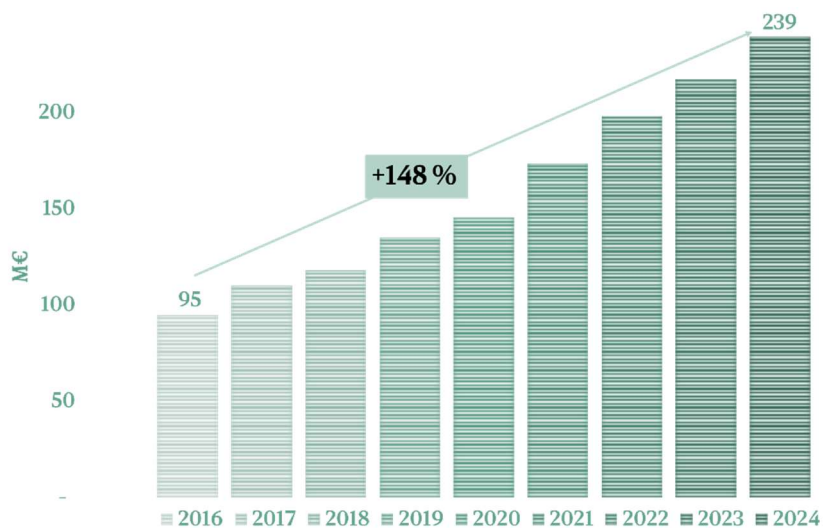


Figura 1 - Receita de impostos – área da cultura² OE 2015 - OE2024

² Não inclui comunicação social.

Tabela 3 - Orçamento por entidade (receita de impostos)

| | 2022 | 2023 | 2024 |
|--|------------|------------|------------|
| GEPAC (Incentivos à C.S. regional e local) | 4,00 | 4,50 | 4,50 |
| RTP | 191,69 | 191,69 | 191,69 |
| C.Social Total | 196 | 196 | 196 |
| AICP | 0,03 | 0,03 | 0,03 |
| ANBA | 0,31 | 0,34 | 0,34 |
| APH | 0,27 | 0,30 | 0,32 |
| BNP | 7,57 | 7,67 | 7,67 |
| DGArtes | 54,26 | 68,11 | 74,91 |
| PNA | 1,00 | 1,01 | 1,00 |
| DGLAB | 15,94 | 18,19 | 18,69 |
| DGPC | 33,82 | 36,26 | |
| DRCAentejo | 4,42 | 4,44 | |
| DRCAlgarve | 1,70 | 2,02 | |
| DRCCentro | 4,89 | 4,18 | |
| DRCNorte | 10,70 | 11,61 | |
| EMCQA25A | 1,17 | 1,51 | 1,80 |
| FFC | 10,73 | 12,73 | 15,19 |
| GEPAC | 11,25 | 5,29 | 10,04 |
| GMC | 1,46 | 1,51 | 1,51 |
| GSEC | 1,00 | 1,04 | 1,04 |
| ICA | 0,00 | 2,00 | 2,00 |
| IGAC | 3,06 | 3,26 | 3,32 |
| MMP | | | 27,45 |
| OPART | 19,58 | 19,78 | 23,20 |
| PC | | | 31,05 |
| TNDM | 5,28 | 5,33 | 7,40 |
| TNSJ | 5,28 | 5,33 | 6,58 |
| Reserva Orçamental | 4,10 | 5,15 | 5,65 |
| Cultura Total | 198 | 217 | 239 |
| Total Programa | 394 | 413 | 435 |

POLÍTICAS E MEDIDAS

O ano orçamental de 2023 foi marcado pelo reforço significativo dos apoios sustentados às artes, que cresceram 114% em relação ao ciclo precedente. Este reforço repercutiu-se num aumento em 26% do orçamento inicial da Direção-Geral das Artes por via de receitas de impostos. Cresceram também os apoios ao cinema e ao audiovisual, tanto através do reforço do orçamento do Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) quanto do Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema (FATC); em conjunto, estes apoios perfazem este ano 9 milhões de euros a mais do que no ano anterior.

Em 2024 – como tem acontecido desde o início da presente legislatura – o orçamento destinado às políticas públicas de cultura orienta-se por três princípios estruturantes: institucionalizar, modernizar e democratizar. A concretização destes princípios será particularmente visível nas seguintes medidas: na alteração estrutural da gestão do património cultural, com o início da atividade da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., e do Património Cultural, I.P.; na criação do Museu de Arte Contemporânea MAC/CCB; na consolidação dos apoios no âmbito da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses

(RTCP), da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC) e da Rede Portuguesa de Museus; na reprogramação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nas dimensões do património cultural e das redes culturais e transição digital, com significativo reforço do financiamento; na circulação por todo o país de instituições culturais habitualmente sediadas em Lisboa; e nas comemorações dos 50 anos da Revolução do 25 de abril.

Institucionalizar

Caixa 1.1. Reorganização da Direção-Geral do Património Cultural

No âmbito da reorganização da Direção-Geral do Património Cultural, o Governo criou a Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., entidade pública empresarial que irá assegurar a gestão dos museus e palácios nacionais, dos monumentos classificados como Património da Humanidade, do Laboratório José de Figueiredo, da Rede Portuguesa de Museus e também da Coleção de Arte Contemporânea do Estado (CACE), com a consagração do Curador da CACE e do programa anual de aquisições iniciado em 2019. A criação da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. visa promover a autonomia financeira e administrativa, a eficiência e a flexibilidade operacionais, com uma atenção reforçada à oferta cultural, aos públicos e ao território, à comunicação, à internacionalização e à diversificação das fontes de financiamento, bem como à capacidade de inovação e adaptação perante os desafios que se colocam.

Ao mesmo tempo, foi criado o instituto público Património Cultural, I.P., com competências na área da salvaguarda e da valorização do património imaterial, arqueológico e arquitetónico, que integra monumentos, conjuntos e sítios de exceção relevância. Com uma gestão mais ágil na aplicação de normativos e padrões de referência, o Património Cultural, I.P. tem atribuições em matéria de salvaguarda e de conservação de bens patrimoniais classificados ou em vias de classificação, na elaboração de planos e projetos de intervenção e na respetiva execução, no apoio e acompanhamento técnico e na fiscalização, bem como na área da investigação patrimonial.

Reforço dos apoios às artes

No quadro do programa orçamental da Cultura, o orçamento da Direção Geral das Artes apresenta uma vez mais um crescimento muito significativo em termos de receitas de impostos. Destacam-se este ano o reforço orçamental nos apoios a projetos, que cresce em 4 milhões de euros face ao ciclo anterior (+42%)³, e a criação de um novo apoio dirigido a territórios vulneráveis, em parceria com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P.

Reforço dos orçamentos dos Teatros Nacionais

Reconhecendo o papel dos Teatros Nacionais e a importância de levar a sua programação a todo o território, são reforçados os orçamentos do Teatro Nacional D. Maria II, do Teatro Nacional São João e do Organismo de Produção Artística (OPART) via indemnizações compensatórias, consolidando no seu âmbito o financiamento regular da sua atividade.

Ao longo do próximo ano, os Teatros Nacionais beneficiarão de intervenções no âmbito do PRR – quer na vertente de reabilitação do património cultural, quer através do investimento em eficiência energética. Tais intervenções irão obrigar ao encerramento temporário de alguns espaços. Se, por um lado, tal encerramento se traduz em inevitáveis perdas de receita, por outro constitui uma oportunidade para a concretização de programas de itinerância.

MAC/CCB

2024 será o primeiro ano completo de atividade do novo museu MAC/CCB, inaugurado a 28 de outubro de 2023. O facto de a Fundação Centro Cultural de Belém (CCB) estar agora na plena posse e gestão do centro de exposições do CCB permite uma melhor articulação entre os vários espaços que compõem o CCB: o MAC/CCB, o Centro de Arquitetura/Garagem Sul e os auditórios dedicados às artes performativas. O financiamento da Fundação CCB será reforçado, perfazendo este ano 11,55 Milhões de euros, o que constitui um aumento de 8,45% face ao ano anterior. Além do mais, o novo MAC/CCB terá um fundo para aquisições, com uma dotação de 2 milhões de euros.

Modernizar

Investimentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

A componente «Cultura» do PRR para a vertente do património cultural visa promover a sua salvaguarda, acesso, comunicação e dinamização do património; já a vertente das Redes Culturais e Transição Digital traduz-se em projetos de

³ Inclui as áreas de criação, programação, internacionalização, procedimento simplificado e Europa criativa.

modernização tecnológica de equipamentos públicos, bem como na digitalização de coleções e acervos. Ambos os investimentos estão a ser concretizados dentro das metas definidas, com algumas das obras de maior dotação já consignadas ou a decorrer, e alguns projetos tecnológicos em pleno desenvolvimento. O PRR da cultura atinge níveis de execução de estimável impacto sobre a herança patrimonial, bibliotecas, arquivos e museus, de modo a garantir que as coleções sejam preservadas, digitalizadas, reabilitadas, modernizadas e valorizadas.

Na componente de recuperação de património, em 2024 serão concluídos os projetos de execução dos 49 imóveis abrangidos pela medida, após o que serão lançados concursos públicos para a realização das respetivas empreitadas. Para além das intervenções já terminadas ou a terminar no corrente ano – nomeadamente no Museu Nacional Soares dos Reis, no Museu Nacional Grão Vasco, no Museu Frei Manuel do Cenáculo, no Forte de Sacavém e no Museu José Malhoa –, em 2024 irão decorrer obras de requalificação no Palácio Nacional da Ajuda, no Teatro Nacional D. Maria II, no Palácio Nacional de Mafra (com a instalação do Museu Nacional da Música), no Mosteiro dos Jerónimos, no Mosteiro da Batalha, no Castelo de Guimarães e no Museu Nacional Machado de Castro. Algumas destas obras encontram-se já em andamento. É de assinalar também, no próximo ano, o arranque das intervenções de reinstalação das coleções do Museu Nacional de Arqueologia, trabalho fundamental para a grande remodelação de que este museu irá beneficiar.

Aquisição de bens culturais para os museus e palácios nacionais

Na sequência da criação da Comissão para Aquisição de Bens Culturais para os Museus e Palácios Nacionais, e das primeiras aquisições realizadas ainda em 2023, será dada continuidade a este eixo de ação política, que visa o reforço das coleções nacionais através da aquisição de bens culturais de exceção relevância patrimonial, com vista a preencher lacunas e a ampliar a diversidade dos acervos.

Democratizar

Caixa 1.2. Comemorações 50 anos 25 de abril

Em 2024, assinala-se o 50.º aniversário da Revolução de 25 de abril de 1974, um marco que confere às celebrações da nossa transição para a democracia uma nova dimensão. A Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de abril realizará iniciativas conjuntas com diversos organismos – incluindo a segunda edição do apoio em parceria da Direção-Geral das Artes –, tendo em vista reforçar a compreensão global do significado da democracia no nosso país e do processo concomitante de libertação das antigas colónias. Entre as muitas iniciativas, destacam-se colaborações com os países anteriormente colonizados e uma exposição fotográfica itinerante que irá a Espanha, França e Itália.

A Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de abril e o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), em colaboração com organismos espanhóis, irão levar a cabo a Programação Cultural Portugal-Espanha «50 Anos da Democracia», a decorrer entre setembro de 2024 e setembro de 2025.

Com a iniciativa “Imagens em Movimento – Cinema Português em Diálogo”, a Cinemateca Portuguesa irá promover a circulação de cópias digitais de filmes portugueses ao longo de 12 meses, em 12 localidades de todas as regiões do território português, em parceria com outras tantas entidades locais com capacidade de projeção de filmes em alta-definição. Este programa tem em vista divulgar o património cinematográfico português, combatendo assimetrias regionais no seu acesso. Trata-se de uma iniciativa que beneficia das possibilidades criadas por duas medidas do PRR: a digitalização de mil filmes da Cinemateca Portuguesa e a aquisição de equipamentos de projeção digital de cinema (DCP) e de vídeo para cineteatros e centros de arte contemporânea.

Redes

As redes têm um papel crucial na democratização do acesso à cultura, motivo pelo qual a dotação associada aumenta de 5,5 milhões de euros em 2023 para 10 milhões de euros em 2024, crescendo 82%.

A Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) é um instrumento estratégico para o combate às assimetrias regionais no acesso à cultura e às artes. Esta rede, cujo modelo assenta em responsabilidades partilhadas entre o Estado central, as autarquias e entidades independentes, conta atualmente com 94 equipamentos credenciados por todo o país. Em 2024, o financiamento da programação nos equipamentos da rede ascenderá a cerca de 7,5 milhões de euros, esforço que será acompanhado por ações de qualificação de recursos humanos.

A Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC), constituída por 58 entidades que dinamizam 66 espaços de fruição e criação artística, contará em 2024 com um financiamento global de 2 milhões de euros para apoiar a programação. Em

articulação com a RPAC, o programa de circulação da CACE pelo território nacional irá ser reforçado, com exposições em Aveiro, Beja, Elvas e Tavira.

Na sequência da entrega aos membros da Rede Portuguesa de Museus (RPM) do relatório elaborado pelo respetivo Grupo de Trabalho, e da apresentação pública das suas conclusões e recomendações, estas serão levadas à prática. As orientações estratégicas para a RPM assentam num eixo institucional (ligado à credenciação, à formação, ao financiamento, ao apoio técnico e à monitorização), num grupo dinamizador (para a cooperação, qualificação, participação e otimização de recursos) e em núcleos de apoio – regionais e temáticos – aos museus.

Itinerância da Companhia Nacional de Bailado, associada ao encerramento do Teatro Camões

O Teatro Camões, em Lisboa, sede da Companhia Nacional de Bailado (CNB), encerrou ao público em julho de 2023, estando a sua reabertura prevista para setembro de 2024, após obras de reabilitação num valor global de 5,9 milhões de euros, efetuadas no âmbito do PRR. Durante o período das obras, a CNB ficará sediada nos Estúdios Victor Cordon e, a partir de setembro de 2023, as suas equipas técnicas e de suporte serão temporariamente integradas no Teatro Nacional de São Carlos. No período em que o Teatro Camões estiver encerrado ao público, entre setembro de 2023 e setembro de 2024, a CNB irá apresentar espetáculos em diversas cidades por todo o país

Capital Nacional da Cultura e Capital Europeia da Cultura

O processo de seleção da Capital Europeia da Cultura 2027, que culminou na designação da cidade de Évora, foi muito participado, o que constitui testemunho não só da riqueza e diversidade cultural do nosso país, mas também da disponibilidade que várias cidades mostraram para conceber um projeto cultural a longo prazo. Procurando dar continuidade ao trabalho levado a cabo pelas cidades finalistas, o Governo decidiu criar a «Capital Portuguesa da Cultura», que terá por primeira sede, em 2024, a cidade de Aveiro. A Capital Europeia da Cultura e a Capital Portuguesa da Cultura devem ser encaradas como instrumentos muito importantes para consolidar uma oferta cultural e artística ampla em todo o território, promovendo a densificação do sector cultural e a projeção internacional do nosso país.

Estimular o investimento privado na cultura

Em 2024 será apresentado um novo sistema de incentivos à participação da sociedade civil e das empresas na vida cultural, com vista a promover o investimento privado e mobilizar a sociedade civil nos vários domínios da cultura.

Plano Nacional para a Literacia Mediática

O Plano Nacional para a Literacia Mediática visa desenvolver entre os cidadãos competências nos domínios da leitura e da utilização de tecnologias digitais, reforçando os vínculos à comunidade e a confiança nas instituições públicas. A criação deste Plano representa um amplo compromisso social, que se traduzirá no apoio a iniciativas descentralizadas, fomentando a cooperação entre agentes que desenvolvem trabalho relevante de promoção da literacia mediática em contexto escolar, mas igualmente junto dos segmentos da população com índices mais baixos neste tipo de literacia. O Plano, que contempla ainda a criação de conteúdos em formatos acessíveis e adaptados a pessoas com necessidades especiais, será operacionalizado pelo Plano Nacional de Leitura.

